

## O museu como espaço de educação intercultural

**Teresa Pacheco Albino**

Área de Sociedades e Culturas Tropicais

Departamento de Ciências Humanas

Instituto de Investigação Científica Tropical

Os museus de Etnologia têm, inegavelmente, um papel fundamental na procura de soluções para as questões multiculturais e interculturais que se colocam às sociedades contemporâneas ocidentais na luta contra o racismo, a discriminação e a exclusão social. O que sugere que os museus etnológicos devem intervir no processo de mudança a acontecer no presente, não apenas como observadores mas como participantes, respondendo a necessidades sociais e culturais específicas. É esta situação que vem hoje conferir um novo papel a estas instituições forçando-as a reflectir sobre as representações que têm moldado a sua visão do «outro» e, em simultâneo encaminhando-as para uma redefinição da sua prática museológica.

Mas como pode o museu responder através da sua investigação e das suas práticas, aos desafios colocados pelas alterações sociais, políticas e económicas das sociedades onde se insere, assumindo-se como espaço de desenvolvimento de aptidões cognitivas e competências essenciais numa sociedade democrática e multicultural?

Para tal é necessário que os museus realizem uma nova leitura das suas colecções e exposições, conheçam os seus públicos, adaptem as actividades educativas à diversidade étnica da sua área geográfica, estudem as possibilidades multiculturais oferecidas pelo seu espólio, e não persistam em formas cristalizadas, apresentando as suas colecções alheios à sociedade pluricultural onde estão inseridos. Ou seja, que o museu etnológico (ou de outra área disciplinar) passe a coleccionar, a preservar e a documentar, não apenas pelo objecto em si e pelo interesse particular do investigador, mas porque determinado objecto, ao ser exposto e interpretado, pode servir, de algum modo, os membros da sua comunidade, e não apenas os especialistas ou as elites educadas.

No contexto museológico português torna-se urgente introduzir algumas mudanças para que este possa atingir metas que os seus congéneres europeus já atingiram, para que tal aconteça é necessário que haja o envolvimento de todos os seus intervenientes: as instituições políticas que os tutelam, os conservadores, os investigadores, os técnicos, os educadores, a comunidade escolar, assim como organizações de cidadãos, cumprindo e servindo, um sentido plural de cidadania.

De igual modo, o sistema escolar, no seu processo de alargamento/acolhimento de novos alunos que introduzem no seu interior a heterogeneidade do meio social e cultural de que são originários, tem vindo a ser interpelado sobre a sua capacidade de transmitir os saberes e as aptidões fundamentais à comunidade escolar, de modo a inseri-la plenamente numa sociedade plural. A inadaptação dos programas educativos, o insucesso e o abandono escolar, os conflitos entre os vários grupos sociais são alguns dos problemas das nossas escolas que não fazem mais do que reflectir o que se passa nos diferentes sectores da sociedade. Daí que seja fundamental a introdução da educação intercultural e da educação para a cidadania como instrumentos fundamentais nas práticas e reflexões pedagógicas, uma educação que para além de aceitar e respeitar as diferenças, seja capaz de diálogo e de crítica, transformação e mudança.

As escolas precisam de construir projectos educativos que respondam às necessidades das suas heterogéneas populações escolares. Alguns estabelecimentos de ensino têm vindo a ser confrontados com a necessidade de cooperar com outras instituições, como é o caso dos museus etnológicos, de modo a encontrar novas configurações de sentido para a

transmissão de conhecimentos adaptada aos recentes fenómenos sociais e culturais. No sentido de melhor transmitir conhecimentos referentes às diferentes culturas em presença, os museus etnológicos podem oferecer aos estabelecimentos de ensino os seus conhecimentos e perspectivas antropológicas, disponibilizar as colecções de objectos, imagens, sons e documentos escritos provenientes de uma diversidade de grupos culturais, mas mais ainda, os investigadores, e os serviços educativos e/ou sociais podem transmitir através da suas práticas uma perspectiva intercultural, uma atitude humanista, que crie situações comunicativas que dêem oportunidade ao sujeito de aprender a escutar o próximo, a descobrir o fascínio da diversidade e da semelhança, um encontro com o «Outro» e com o «Eu», que contribui para compreender as motivações que presidiram às atitudes dos outros e a esbater pressupostos etnocêntricos.

A introdução da interacção e da comunicação intercultural nas dinâmicas escolares e museológicas levará a que se ampliem conhecimentos, se abram horizontes, se valorizem culturas e patrimónios, se difundam valores e atitudes de aceitação da diversidade étnica e sociocultural, ultrapassando etnocentrismos e contribuindo para uma visão aberta, plural e universal do mundo.

O museu etnológico e a escola vivem deste modo um grande desafio: a heterogeneidade das populações que servem apela a uma noção de cidadania que não se limita tão só aos contextos nacionais. São, assim, chamados a responder às novas situações criadas pelo novo contexto da globalização, à qual não será alheia a intensificação de identidades locais. Deste modo, a escola e o museu terão de reflectir sobre formas de mútua colaboração, de modo a criarem ferramentas pedagógicas, interculturais, que articulem conhecimento e formação pessoal às novas realidades quotidianas. Mas a necessidade de implementar uma pedagogia intercultural, não só se adequa aos museus etnológicos mas a qualquer museu, de qualquer área científica, que deseje promover uma integração escolar e social bem sucedida de todos os indivíduos que compõem a sociedade multicultural, sociedade de interpenetração cultural, de formação de identidades novas e híbridas.

Seguindo esta via, museu e escola podem ajudar-se mutuamente a vencer os tradicionalismos neles enraizados (como o individualismo e a hegemonia e a

uniformidade cultural), saindo do isolamento, na convicção de que o conhecimento e a aprendizagem de saberes, e valores, se desenvolve em múltiplos espaços e tempos.

No entanto estamos conscientes que é realmente um grande desafio para os museus a implementação de políticas sociais e educativas que sirvam as suas populações de uma forma contínua, e em paralelo, garantam sempre os recursos humanos e financeiros que assegurem a conservação, a segurança e a acessibilidade ao acervo. Trata-se de um processo de mudança necessário mas que está dependente das tutelas dos museus, e destas considerarem que eles têm, ou podem ter, um papel significativo na integração e nos equilíbrios sociais.

Sobre a importância da constituição de parcerias com as comunidades na elaboração das exposições e na recolhas de documentação refiro a título de exemplo a exposição «Panos de Cabo-Verde e Guiné Bissau» que coordenei em 1996 no Museu Nacional de Etnologia, como uma experiência que pretendeu utilizar conhecimentos teóricos e práticos, adquiridos no âmbito da antropologia, da educação intercultural e da museologia e testar a sua «utilidade» perante uma realidade concreta em que se desejou intervir. A partir de uma colecção têxtil (datada no tempo) pretendeu-se elucidar sobre os processos de interpenetração e de inter-relação de elementos culturais de três comunidades, a cabo-verdiana, a portuguesa e a guineense no passado e no presente, suscitando o diálogo e a crítica que permitem construir o futuro, na convivência pacífica e no respeito mútuo.

Pensamos, ainda, que com este projecto, todos os que nele intervieram, professores, antropólogos, museólogos, tiveram hipótese de se redescobrir, e de reflectir sobre os seus percursos e lógicas de acção e de perceber o papel importante que podem ter na mudança de práticas capazes de contrariar a rotina dos modelos estabelecidos, ao longo dos anos, nos sistemas educativo e museológico. O carácter inovador da sua acção traduziu-se afinal na capacidade de agir em resposta aos desafios de novos alunos e públicos heterogéneos. Entre as mais valias que tivemos com esta experiência, destacamos a obtenção de conhecimentos resultantes de novas situações educativas, e do contacto com os novos visitantes provenientes das comunidades caboverdiana e guineense. Sentimos ainda que criámos «momentos» que conduziram a que minorias e sociedade de acolhimento se encontrassem e se inter-relacionassem, o que nos permitiu

aprofundar, e pesquisar caminhos, no sentido dos museus portugueses virem a desempenhar um papel mais activo nas sociedades em que se inserem. A avaliação desta experiência museológica, revela-nos ainda que o discurso expositivo só é eficaz na transmissão do conhecimento científico, se nas fases de concepção e produção da exposição existir a preocupação de construir, em paralelo, um projecto educativo coerente; isto é, comunicar e documentar e avaliar resultados conjugando os objectivos científicos, estéticos e educativos.

Não pretendemos com este exemplo que ele fosse um modelo a seguir, mas sim que fosse uma experiência a considerar, a analisar, a criticar, e que desse processo surgissem outros, que no âmbito da museologia e da educação intercultural, permitam desenvolver novas relações de carácter mais inclusivo, em parceria com as comunidades que são sujeito da sua investigação e da sua interpretação, modificando deste modo a relação tradicional entre museus e comunidades.

### **1. Museus, pluralidade social e cultural**

São sobretudo os museus etnológicos, ou os de história local, que têm tido a preocupação de focar a sua atenção nos novos grupos minoritários, muitas vezes apenas mostrando aspectos da história e da cultura dos grupos em presença, referindo raramente a actualidade dessas nações ou seja o seu cosmopolitismo ou hibridismo social e cultural; quanto aos outros tipos de museu, tais como os museus de arte e de ciência raramente investem no sentido de responder às necessidades dos novos residentes.

Desde os anos sessenta, que se sente alguma insatisfação na esfera museológica, contestando-se filosofias e práticas dos conservadores mais tradicionais. Ao longo das últimas décadas, a museologia convencional tem sido confrontada com críticas aos seus métodos interpretativos, e «os conservadores têm sido, por sua vez, pressionados a desembaraçar-se das convenções intelectuais e sociais que os condicionam a aceitar outros temas de investigação, novas aproximações interpretativas e novas metodologias de exibição» (Simpson, 1996:3).

Aos museus é agora pedido que conheçam as preocupações culturais contemporâneas e as temáticas relevantes para as sociedades plurais, e que posteriormente, adoptem estratégias inclusivas, de modo a envolver as comunidades, dando-lhes voz nos processos de representação cultural e, conseqüentemente, permitindo-lhes conquistar grupos sociais que não têm por hábito visitar os museus.

Carlos Fortuna refere a necessidade dos museus reverem o seu discurso, pois afirma, tratar-se-á «sempre de um discurso sobre a comunidade. Mas a questão é saber de que comunidade falamos (...). A comunidade não tem hoje os mesmos limites espacio-temporais, nem os mesmos conteúdos significantes, nem as mesmas funções que alguma vez, e certamente com algum romantismo, lhe terão sido atribuídos: homogeneidade cultural, sentido profundo de enraizamento histórico-identitário, função socialmente agregadora de sujeitos com trajectos partilhados»(2000:27).

Eilean Hooper-Greenhill (1998) relata que estudos já efectuados mostram até que ponto os grupos minoritários desejam ver nos museus, exposições que relatem as suas vidas, culturas e história. Refere ainda que quando usufruem dessa experiência, falam do interesse e da proximidade pessoal que sentiram durante a visita, assim como da importância que para eles teve esse evento. É uma faixa de público em relação à qual é necessário um grande investimento, e em que os níveis de sucesso não são a curto prazo verificados, pelo que as preocupações institucionais, e as estratégias de marketing, que valorizam a quantificação do visitante, em detrimento da qualidade da visita, desvalorizam o papel que os museus podem ter como locais de coesão social e de conhecimento do «outro».

Na década de oitenta, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e no Canadá, alguns conservadores reflectiram no modo de, como é que as colecções, pelas quais eram responsáveis, poderiam ser interpretadas no contexto da actual sociedade pluricultural, e relatadas a públicos oriundos dos diferentes grupos étnicos, dando lugar a projectos de galerias e exposições em que objectos históricos convivem com objectos contemporâneos (Pierson-Jones,1985; Jones 1987).

No entanto, nos museus em que se tem desenvolvido trabalho no sentido de captar novas audiências oriundas dos grupos minoritários, ou de divulgar a cultura material dos

vários grupos étnicos no interesse cultural e social das respectivas sociedades, as acções mais «bem sucedidas» são aquelas em que a equipa da exposição envolve a comunidade alvo no seu projecto e desenvolve trabalho educativo multicultural e intercultural (Hooper-Greenhill, 1994b).

Mas não é fácil para os museus etnológicos adoptarem novas práticas de modo a dar voz aos membros das comunidades, aos artistas, sem pôr em causa a etnologia clássica. Lavine (1991:155) afirma que «a resposta pósmoderna é converter o conflito de perspectivas em ferramenta expositiva».

Moira Simpson refere que «a inclusão dos contributos das pessoas das culturas representadas já é em si um processo selectivo» (Simpson, 1996:51). De quem o museu deve aproximar-se? Quem deve incluir/excluir? Um dos problemas colocados às equipas dos museus é como se deve processar essa colaboração, como identificar os principais informadores, como negociar as colaborações, como proceder para trabalhar com elementos de diferentes sectores políticos dessas comunidades, etc.

Para esta investigadora o envolvimento da comunidade no processo de planificação da exposição pode tomar diversas formas, de acordo com as intenções e as temáticas das exposições, e com a natureza das colecções. Estas podem consubstanciar-se em pequenas participações, ou em relações mais permanentes de colaboração e aconselhamento, incluídas nas políticas de actuação do museu, tais como: participação nas gravações de relatos orais, e em outras formas de pesquisa, cedência de documentação fotográfica, aconselhamento da equipa do museu que coordena a exposição, ratificação das planificações, dos textos, das imagens, etc., convite de conservadores ou especialistas na temática, ou direcção de todo o processo de organização da exposição.

Um exemplo desta nova concepção museológica, recorrentemente citado, é o da «Galeria 33» do Museu de Birmingham na qual se pretendeu constituir um espaço expositivo de total neutralidade. Nessa sala apresentou-se a exposição «A meeting of ground cultures», em que artefactos e objectos de arte, representativos do passado e do presente, da América do Norte, da África, das Ilhas do Pacífico e da Austrália, foram expostos em conjunto com outros objectos provenientes da contemporaneidade cultural

fortemente cosmopolita desta cidade. Esta exposição convidou à participação e ao encontro cultural e disponibilizou vídeos (sobre a história dos quatro colectores que estão na origem da colecção do museu), assim como expositores interactivos, espaços de música e dança e sessões de contadores de histórias.

Jane Pierson Jones (1992) refere-se ao projecto «A meeting ground of cultures» da Galeria 33 como uma experiência em que os interesses do conservador responsável pela educação convergem com as necessidades da comunidade. A colecção etnográfica do museu, de organização colonial, foi utilizada para responder às questões da diversidade cultural que surgem numa cidade como Birmingham, uma sociedade multicultural com dificuldade em entender-se como tal. O resultado foi uma experiência que desafiou a comunidade inglesa local a reconhecer outras comunidades, e estas últimas a conhecerem-se, encorajando os visitantes a reverem as suas diferentes posições no novo ambiente multicultural.

A exposição «Panos de Cabo Verde e Guiné-Bissau» realizada no Museu Nacional de Etnologia em 1996, concebida sem conhecimento deste projecto da Galeria 33, tem no entanto vários pontos em comum com ele. A ideia da exposição nasceu igualmente no seio da Área de Educação, para responder às necessidades das escolas de conhecer melhor as culturas caboverdiana e guineense, dadas as alterações verificadas nas suas populações escolares em consequência dos fenómenos recentes da imigração. Utilizou, também, uma colecção de natureza colonial e relatou o percurso dos seus colectores, envolvendo a comunidade na própria concepção da exposição, e baseou-se numa investigação de carácter sócio-antropológico que a dimensionou para um público mais vasto, e diversificado, e lhe permitiu intervir no campo da educação intercultural.

A riqueza da experiência vivida neste tipo de acções museológicas, poderá suscitar curiosidade pelo conhecimento mais aprofundado sobre os artefactos expostos, ou sobre as culturas a que eles se referem, ou ainda promover sentimentos de tolerância e de negação dos estereótipos. Várias acções educativas deste género foram realizadas no Museu Nacional de Etnologia, no contexto das visitas guiadas às exposições. Tais acções levaram os visitantes a questionar os seus estereótipos sobre os «outros», suscitando a sua «desconstrução» resultante do encontro cultural.

A exposição «Povos de Timor, Povo de Timor – vida, aliança e morte» realizada no Museu Nacional de Etnologia em 1993, permitiu à Área de Educação do Museu a possibilidade de realizar uma série de actividades, proporcionando aos mais jovens que ouvissem e dramatizassem o mito de criação da ilha e encenassem o contrato de casamento (e suas dádivas e contra dádivas) durante as visitas, que colocassem questões sobre os «outros» representados na exposição, para que outras sobre si surgissem, e que obtivessem conhecimentos sobre uma situação cultural, social e política de óbvia pertinência actual.

Esta experiência educativa foi mais tarde inserida no projecto expositivo «O Mito do Crocodilo» concebido para o Museu Municipal do Montijo em Julho de 2000. Objectos museológicos timorenses, fotografias de Timor obtidas por Ruy Cinatti, cânticos da comunidade timorense em diáspora, e sobre dominação indonésia, vídeos sobre a comunidade timorense em Portugal e seu percurso histórico, constituíram-se num todo significativo, com o objectivo de dar resposta à necessidade manifestada por uma comunidade residente a sul do Tejo, de conhecer melhor um povo com quem (em períodos críticos para Timor) se solidarizou (Albino, 2000).

Mas não são só os museus etnológicos que têm tido uma acção multicultural e intercultural. Outras instituições museológicas de diferentes áreas temáticas, com colecções ou objectos de diferentes partes do mundo, têm com as suas acções expositivas, ou outras, realizado uma abordagem intercultural, transmitindo conhecimentos sobre outras culturas e mostrando como as diferentes culturas encontram soluções, que são simultaneamente diferentes e semelhantes, para problemas que são ao mesmo tempo locais e globais.

É por exemplo, o caso do Museu da Criança de Boston, igualmente usado para ser vivido por diferentes grupos da comunidade. De modo a espelhar a diversidade cultural no seu espaço, este Museu da Criança criou um núcleo de aconselhamento multicultural, com membros da equipa do museu, de instituições educativas, sociais e de saúde, assim como a comunidade artística local e associações privadas. A equipa do museu assim constituída analisou o espaço do museu, os seus meios materiais e as actividades desenvolvidas de modo a identificar os problemas e as áreas em que era possível melhorar. Dessa investigação concluiu-se, desde logo, que os estereótipos, a

insensibilidade cultural e a excessiva focalização na cultura dominante tinham caracterizado até então as exposições do museu, assim como se detectavam diferenças de acessibilidade variando consoante os níveis culturais e de aprendizagem dos visitantes.

A equipa do Museu da Criança de Boston passou então a adoptar uma legendagem e uma sinalética multicultural, e a usar cartões de identificação informando qual a língua, ou línguas, que cada membro da equipa dominava de modo a que os visitantes pudessem recorrer a este ou aquele elemento da equipa consoante as suas necessidades linguísticas.

Este mesmo museu começou a promover exposições multiculturais e interculturais, tal como uma exposição sobre as escovas de dentes de todo o mundo, que dava conta de vários registos interculturais, e alterou as exposições que desde sempre estiveram patententes: a casa de bonecas vitoriana ficou acompanhada por casas de diferentes culturas e de um mercado de produtos de mercearia variada, «El Mercado del Barrio»; e a casa dos «Avós» transformou-se, ao longo do ano, na casa da família irlandesa, da família judia, da família americana, da família cambodjana, etc. O Museu tem ainda em curso um Projecto de Educação Multicultural que promove formação de professores, seminários e criação de materiais de apoio (Simpson, 1996:53).

Outros museus, como o Museu de História de Roterdão, fazem novas leituras das suas colecções, no sentido de explicar determinadas situações históricas e actuais, que são fruto do comércio histórico, dos laços económicos e das relações interculturais que os povos europeus estabeleceram com outros povos dos diferentes continentes ao longo da história (Hooper-Greenhill, 1994b).

Pieterse (1993:164) denuncia o facto da divisão temática e científica dos museus de História, de Arte e de Etnologia reflectirem a dicotomia «nós» e os «outros», a «nossa» história e a «sua» história, que progressivamente está sendo abandonada; o que consequentemente questiona a existência dos museus etnográficos (de que é exemplo a polémica, vivida recentemente em França, gerada em torno de uma proposta, no sentido do Museu do Louvre englobar colecções do Museu do Homem).

Esta problemática implica questionarmos a base colonial da ciência antropológica e a sua relação com a «história nacional». Por exemplo Marcus (1991:15) refere que em comunidades de colonos brancos, como na África do Sul e na Austrália, os povos nativos foram através da antropologia representados nos museus de história natural, e a história dos «brancos» ilustrada nos museus de arte e história.

As correntes de opinião sobre a forma como os museus, especialmente os de história e de antropologia, devem colectar e exhibir as suas colecções surgiram no seio das sociedades pós-coloniais da Europa, da América do Norte, da Austrália e da Nova Zelândia. Nos últimos 20 anos os museus das sociedades multiculturais contemporâneas passaram a ser questionados sobre as suas formas de expor e sobre a classificação e o valor que atribuem aos objectos, sobre os preconceitos culturais das suas representações, e sobre a subalternidade das representações da diversidade cultural nas colecções de história local.

Ao longo dos tempos muitas exposições de artefactos, de carácter etnológico e etnográfico, têm sido concebidas, e produzidas, sem incluir os criadores dos objectos ou aqueles que os usam, na sua planificação. Estes são apenas informantes passivos, observados, estudados e recordados, tal como os artefactos das suas culturas. Moira Simpson (1996) afirma que o pensamento académico ocidental, a interpretação histórica etnocêntrica e a análise científica, reduziram muitas vezes o conhecimento tradicional e a cultura material a pouco mais do que um tema de interesse académico, em que as pessoas são minimizadas.

«As alterações trazidas pelo pós-colonialismo e pelo multiculturalismo afectaram directamente os museus etnológicos, pelo que estes precisam, por um lado, de ultrapassar a imagem de templos das glórias do Império, e por outro lado ir ao encontro da necessidade de redefinir o conceito de cidadania (que o multiculturalismo pós-colonial veio questionar), constituindo-se em espaço aberto a novos fluxos culturais, à insurreição de saberes subjugados e à comunicação intercultural» (Pieterse,1993:159).

## **2. Uma nova realidade museológica**

Como é evidente, não há só uma realidade para os museus, pois a história da museologia mostra que os museus tiveram que mudar muitas vezes as suas práticas e políticas de acordo com os contextos sociais e culturais, as condições de poder e os imperativos políticos. Os museus, tal como outras instituições servem as populações, e têm de funcionar de acordo com as diferentes realidades. Para Eilean Hooper-Greenhill (1993) é necessário que nas esferas decisivas algumas questões sejam colocadas, sobre a existência actual dos museus, sobre o seu papel na comunidade, sobre as suas funções presentes e futuras. Mas só recentemente os museus têm sido sujeitos a uma análise crítica.

Para esta investigadora, o museu público foi concebido contendo dois espaços: um espaço privado onde o conservador, como especialista, produz conhecimentos (exposições, catálogos, aulas) e a esfera pública onde o visitante consome os produtos apresentados. Foi assim erguida uma barreira: de um lado as colecções em reserva, a documentação em arquivo, os laboratórios e as práticas realizadas pelos funcionários dos museus; e do outro o público que circula pelas salas de exposição e que é pouco ou nada esclarecido sobre os processos de actuação dos conservadores e técnicos. Igualmente, o fraco conhecimento sobre as reacções do público em relação aos projectos expositivos apresentados, tornou os conservadores «ignorantes» em relação à audiência a quem os produtos intelectualizados do museu se dirigem.

Tal como no passado, o conservador e o especialista ainda hoje têm, em muitos museus, o papel principal na concepção e produção das exposições. Eilean Hooper-Greenhill (1993) refere que o processo de realização de uma exposição tende a ser desligado, consistindo em diferentes tarefas que se sucedem, mas geralmente sem grande reflexão sobre a forma como os objectos devem ser expostos, nem sobre os objectivos da exposição. O conservador escolhe um tema que é do seu interesse (e que se insere nas suas pesquisas), e trabalha o conteúdo da exposição com exigência académica; seguidamente, o designer recebe as ideias do conservador e concebe-as esteticamente e por fim o processo conclui-se com o sector educativo, partilhando, ou não, do fascínio do conservador pelo tema, tendo de dar por vezes uma nova ordem à apresentação dos objectos de modo a orientar as visitas.

Contudo, observa-se hoje que, no sentido da democratização destas instituições, o espaço privado do museu começa a ser aberto aos visitantes, em maior ou menor grau conforme os contextos nacionais ou as políticas internas de cada museu. Alguns conservadores e investigadores, desejam agora conceber as exposições e as suas outras actividades como um produto do empenhamento da equipa do museu e das audiências. As novas políticas de actuação no sentido de envolver a comunidade na vida do museu, surgem em consequência, ou em simultâneo de outras políticas dos museus relacionadas com o desejo, ou com a necessidade, de conhecerem a opinião dos seus visitantes de modo a actuar segundo os seus objectivos. A investigação sobre o público surge como uma forma dos conservadores e dos serviços de educação conhecerem as reacções da comunidade que servem.

Muitos museus europeus, têm realizado estudos para conhecerem as atitudes, as crenças, os valores e os hábitos do seu público actual e potencial (através de inquéritos que incluem a população não-visitante), e para obterem informação sobre os hábitos que afectam a frequência dos museus no sentido de reformularem as suas práticas. Noutros contextos, como é o caso do nosso País, esses estudos não têm sido realizados, ou têm ocorrido de modo esporádico, trata-se, como refere Constance Perin (1992), de uma situação em que a equipa do museu imagina a maneira do público receber e responder à exposição.

É, pois, capital compreender qual o sentido do museu para as populações, saber se nos seus tempos livres visitam museus ou não, conhecer a sua experiência como visitantes, inquirir como podem os museus responder às necessidades dos seus públicos, e da comunidade em geral, e procurar entre inúmeras outras questões, conhecer por exemplo quais as razões que levam alguns grupos minoritários a não frequentar os museus portugueses, à imagem do que acontece em muitos outros museus europeus?

Mas no sentido de todos os grupos sociais se sentirem bem vindos ao museu, é importante que o seu espaço físico não seja intimidatório. As suas especificidades arquitectónicas, decorativas, e de acessibilidade, assim como o atendimento, o acolhimento e a segurança não deverão ser impeditivos da visita ao museu ou não deverão provocar desconforto naqueles que nele circulam, por sentirem a sua presença

contestada. É necessário identificar que tipo de barreiras físicas, culturais, económicas, sociais, impedem que determinados grupos ou pessoas frequentem os museus.

Segundo Duncan, «os museus indiciam uma vontade de mudar, uma receptividade» (Duncan,1991:91). Mas apesar desse reconhecimento e de todas estas iniciativas de mudança, na Europa, a tradição dos museus como instituições que reflectem e servem as elites culturais, é ainda prevalecente.

No entanto, a actual política cultural a nível europeu encoraja os museus a adoptar estratégias de aproximação aos grupos sociais tradicionalmente não-visitantes e não frequentadores destes espaços da chamada cultura cultivada, pelo que é necessário identificar esses grupos e o meio social em que se localizam<sup>1</sup>, criar equipas com elementos especializados que possam desenvolver trabalho com esses grupos específicos (ex: a formação dada pelo East Midlands Museums Service sobre como conhecer as necessidades das pessoas que não visitam os museus); e avaliar, criticamente, os recursos existentes e as práticas em curso, de modo a que cada museu consiga desenvolver uma política individual de actuação, em conformidade com a sua especificidade e a qualidade científica que preconiza (cf. relatório «Centres for Social Change: Museums, Galleries and Archives for All»).

Uma solução poderá consistir em procurar outros parceiros que já tenham realizado estudos, ou estão interessados em realizá-los (estabelecendo, por exemplo, parcerias com centros de investigação) e que desenvolvem estudos e levantamentos de carácter histórico, demográfico, sociológico e antropológico e que poderão ajudar a equipa do museu a conhecer a sociedade em que este se insere. Ou ainda, o museu poderá integrar novos elementos, que pelas áreas em que se especializaram (psicólogos, antropólogos, sociólogos, animadores culturais, professores e educadores na área da educação intercultural , etc.), os poderão igualmente ajudar no sentido de melhorar os níveis educativos e culturais, logo de qualidade de vida, daqueles que se debatem com problemas de integração ou exclusão social.

---

<sup>1</sup> De referir o projecto Sócrates - «Museus, Mediadores e Educação de Adultos», Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

O que parece ser pouco pode ter um alcance muito mais abrangente do que o previsto, como trabalhar com um grupo específico, estabelecer uma colaboração, identificar um assunto pertinente para a sociedade, realizar uma exposição sobre um tema intercultural e avaliar os resultados, divulgar impactos, sucessos e benefícios do envolvimento do museu com a comunidade e por fim, não desmotivar perante dificuldades e contratempos.

Todos estes passos devem passar por um processo contínuo de avaliação e crítica. Assim o museu cumprirá um processo de intervenção social que não colocará em causa a qualidade científica do conhecimento que sempre quis e quererá transmitir.

## **Bibliografia**

ALBINO, Teresa Pacheco. 1996. «Tecer: ideias entre o Museu e a Escola», *Panos de Cabo Verde e Guiné-Bissau*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia

ALBINO, Teresa Pacheco. 2000. «O mito do crocodilo», *O Mito do Crocodilo*, Montijo, Museu Municipal do Montijo, Catálogo de exposição

*Centres for Social Change: Museum, Galleries and Archives for All*. 2000. Department for Culture, Media and Sport, England

DUNCAN, Carol. 1991. «Art museums and the ritual of citizenship», *Exhibiting Cultures: the poetics and Politics of Museum Display*, Washington, Smithsonian Institution Press, p.88-103

FORTUNA, Carlos. 2000. «La sociedad, el consumo y la crisis de los museos», *Revista de Museologia*, Asociación Española de Museólogos, 1, p.26-29

HOOPER-GREENHILL, Eilean. 1993. *Museums and the shaping of knowledge*, London, Routledge

HOOPER-GREENHILL, Eilean. 1998. "Cultural diversity" attitudes of ethnic minority populations towards museums and galleries, London, MGC Publications, BMRB International; Commissioned by the Museum and Galleries Commission

JONES, S. 1987. «Exhibition review of Hidden Peoples of the Amazon», *Museum Ethnographers Group Newsletter*, 20, p. 103-110

LAVINE, Steven D. 1991. «Art museums, national identity, and the status of minority cultures: the case of hispanic art in the United States», *Exhibiting Cultures: the Poetics and Politics of Museum Display*, Washington, Smithsonian Institution Press, p. 212-254

MARCUS, J. 1991. «Post modernity and the museum», *Post modern Critical Theorizing*, 30, p. 10-19

PERIN, Constance. 1992. «The communicative circle: museums as communities», *Museums and communities: the politics of public culture*, Washington, Smithsonian Institution Press, p. 182-220

PIERSON-JONES, Jane. 1985. «Responding to a multicultural society: which Africa? which arts?», *Museum Ethnographers Group Newsletter*, 19, p. 15-29

PIERSON-JONES, Jane. 1992. «The colonial legacy and the community: the Gallery 33 Project», *Museums and Communities: the politics of public culture*, Washington, Smithsonian Institution Press, p. 182-220

PIETERSE, Jan N. 1993. Multiculturalismo y museos: discurso sobre el otro en la era de la globalization, La Haya, Instituto de Estudios Sociales

*Povos de Timor, povo de Timor: vida, aliança e morte*, Lisboa, Fundação Oriente ; Instituto de Investigação Científica Tropical (catálogo de exposição)

SIMPSON, Moira G. 1996. *Making representations: museums in the post colonial era*, London, Routledge